

QUADRO FISCAL BRASILEIRO E PEC 241

Laura
Carvalho

(FEA-USP)

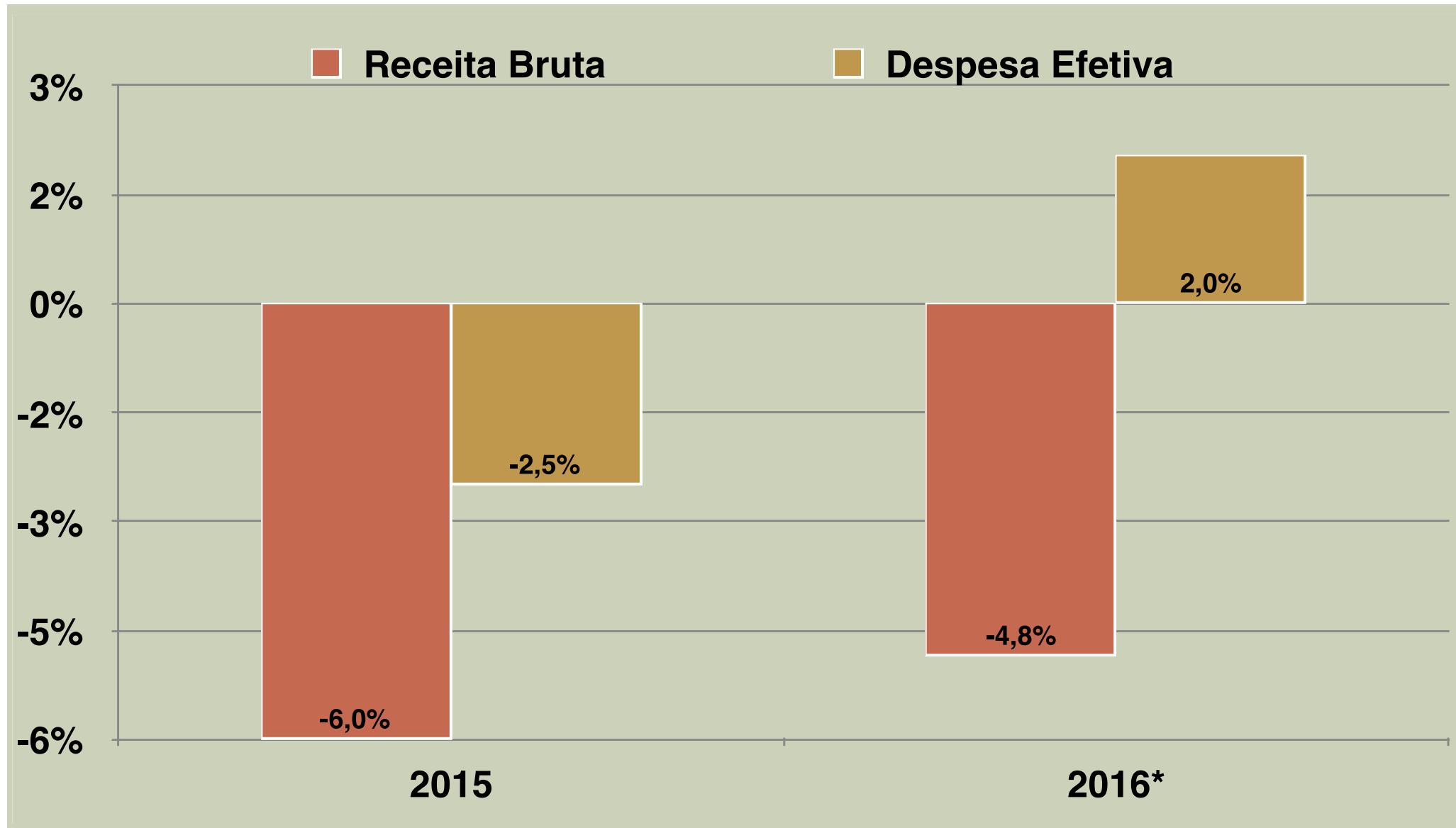
EVOLUÇÃO DO QUADRO FISCAL

Discriminação	Taxa nominal				Taxa real			
	1999- 2002	2003- 2006	2007- 2010	2011- 2014	1999- 2002	2003- 2006	2007- 2010	2011- 2014
Receita total	14.9%	14.1%	11.7%	9.3%	6.5%	4.8%	3.6%	2.2%
Despesa total	12.1%	14.6%	13.1%	11.4%	3.9%	5.2%	4.9%	4.2%
Pessoal	12.6%	10.4%	12.1%	7.2%	4.4%	1.3%	4.0%	0.2%
Benefícios Sociais	14.3%	18.7%	12.6%	12.5%	5.9%	9.0%	4.4%	5.2%
Custeio e capital	8.3%	12.2%	15.2%	13.3%	0.4%	3.0%	6.8%	6.0%
Custeio	9.7%	11.5%	13.2%	12.7%	1.7%	2.4%	5.0%	5.4%
Investimento	8.4%	5.7%	30.8%	6.4%	0.5%	-3.0%	21.4%	-0.5%
Inversões e subsídios	-2.7%	31.5%	-0.6%	35.2%	-9.8%	20.7%	-7.8%	26.4%
Taxa Cresc. PIB	-	-	-	-	2.3%	3.5%	4.5%	2.1%

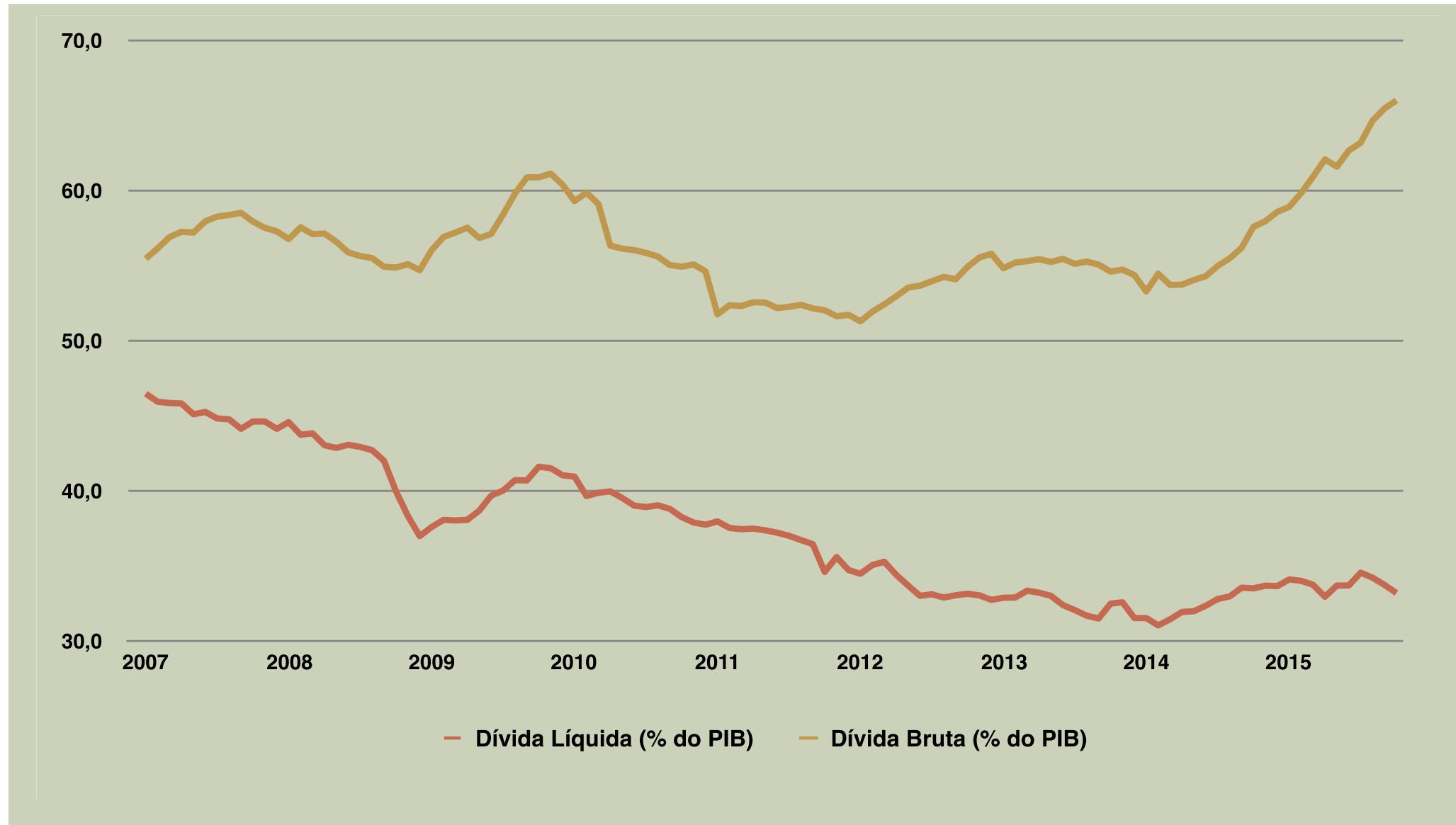
Fonte: Gobetti, S. W.; Orair, R. O. *Flexibilização fiscal: Novas evidências e desafios*. Texto para Discussão n. 2132.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.

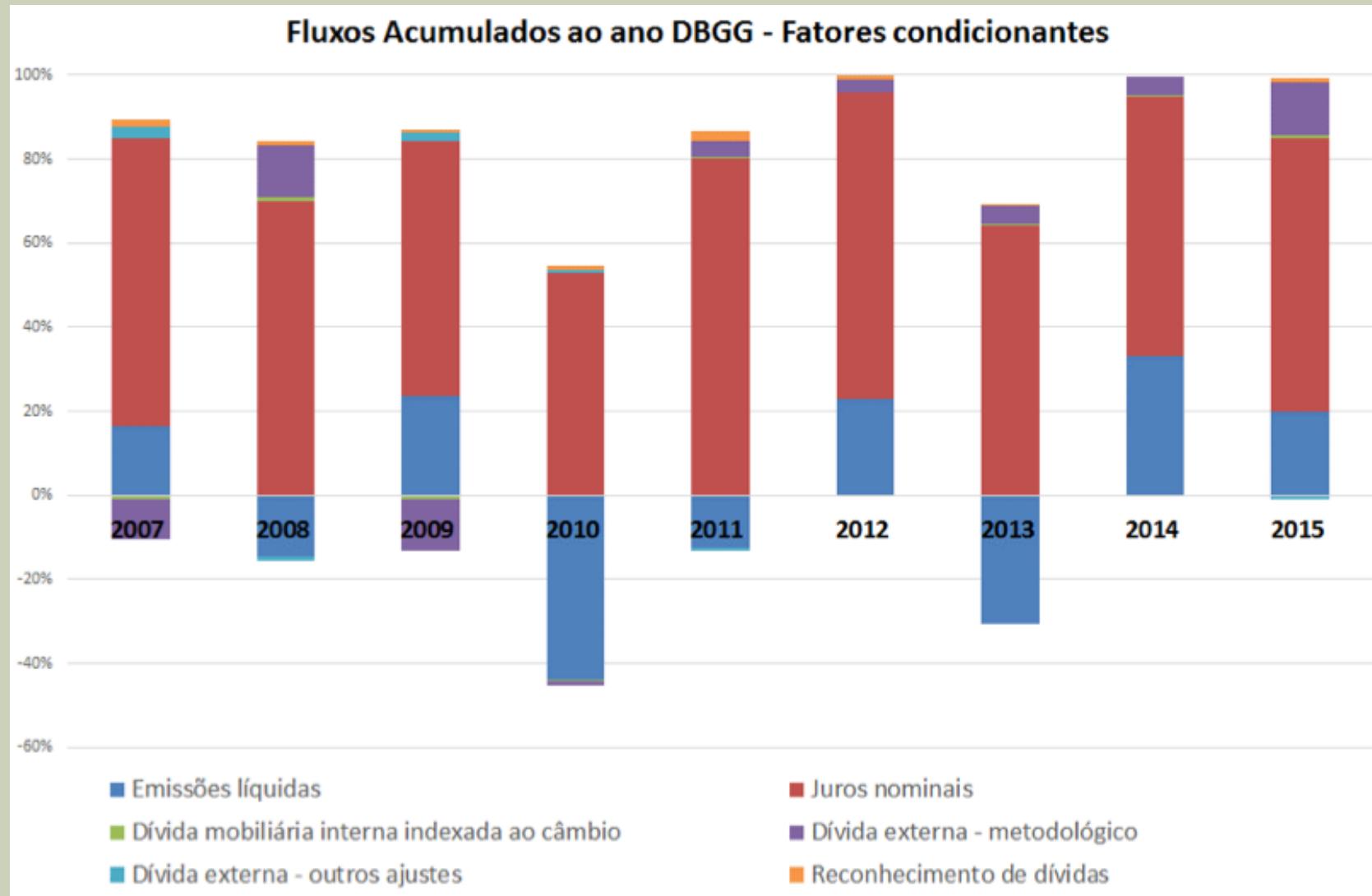
QUADRO FISCAL ATUAL



DÍVIDA PÚBLICA

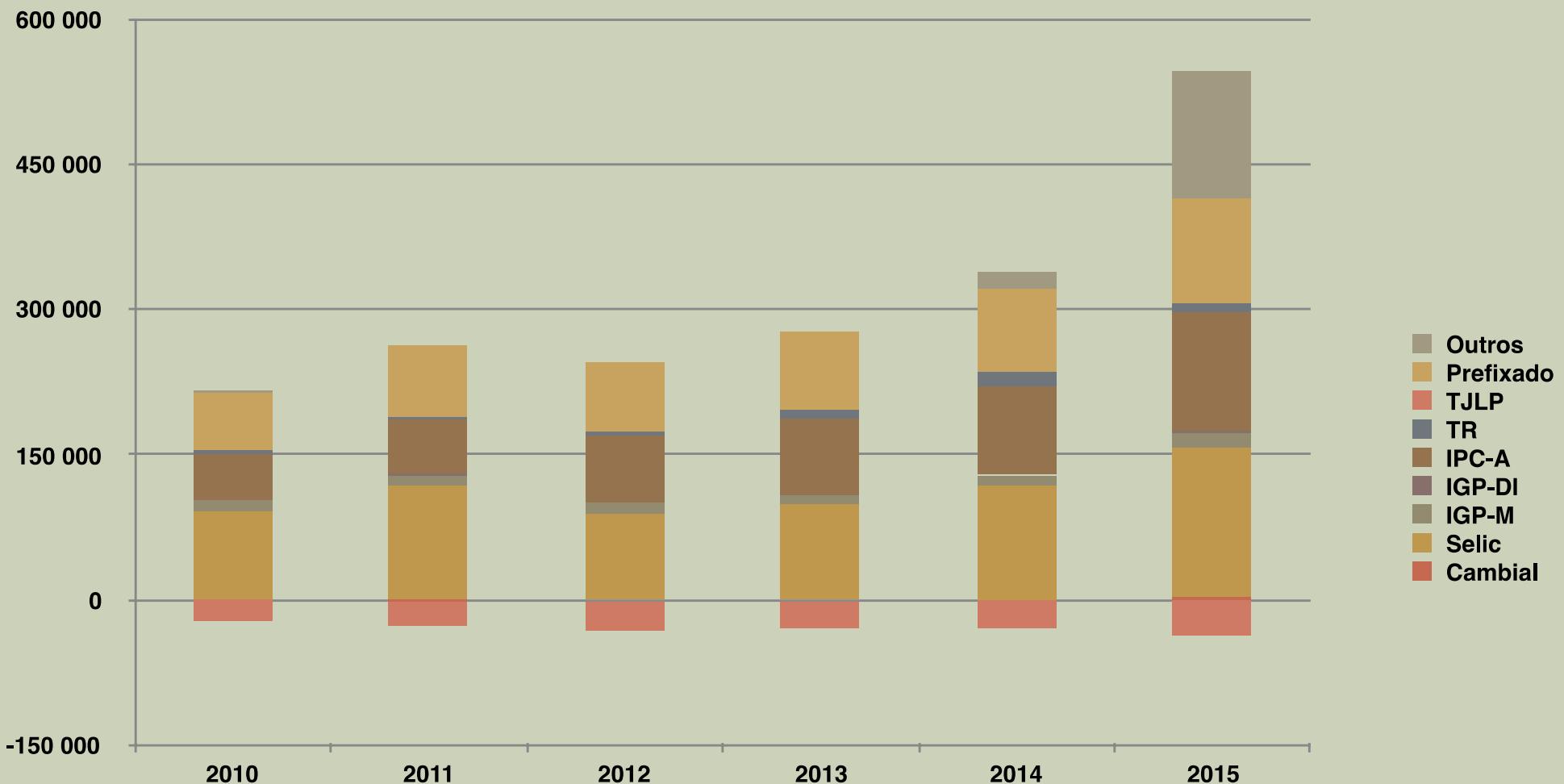


FATORES CONDICIONANTES DA DÍVIDA BRUTA



JUROS E SWAPS

Pagamento nominal de juros sobre a DSLP (R\$ milhões)



PEC 241 RESOLVE PROBLEMAS?

- 1. Estabiliza a dívida?**
- 2. Controla a inflação?**
- 3. Necessária para queda de juros?**
- 4. Gera retomada da confiança e do crescimento?**
- 5. Força gestão mais eficiente?**
- 6. Há experiência positiva em outros países?**

PEC 241 CRIA PROBLEMAS...

- Política econômica em piloto automático: para que servem os representantes eleitos?
- Compressão maior de determinados gastos
- Baixo crescimento econômico
- Descumprimento e sanções: quem perde?
- Perpetua conflitos atuais
- Estimula manobras fiscais
- Desmonte do Estado de Bem-Estar Social sem discussão com a sociedade.

FELIPE SALTO E MONICA DE BOLLE: ‘PEC DO TETO NÃO É UMA BRASTEMP’ (10/10)

- “A regra continua a valer por 20 anos, o que não ocorre em lugar algum do mundo. Na maior parte dos países, há combinações de regras diferentes, por períodos menores, podendo haver revisões de tempos em tempos.”
- “A PEC está **desbalanceada**. Tem efeito nulo no curto prazo.”
- “Se o país voltar a crescer, nada mais justo e desejável que a sociedade se beneficie disso”
- “Essa lei [do reajuste do salário mínimo] será atropelada por esse novo regramento”
- “A verdade é que não se faz política econômica no tapetão”

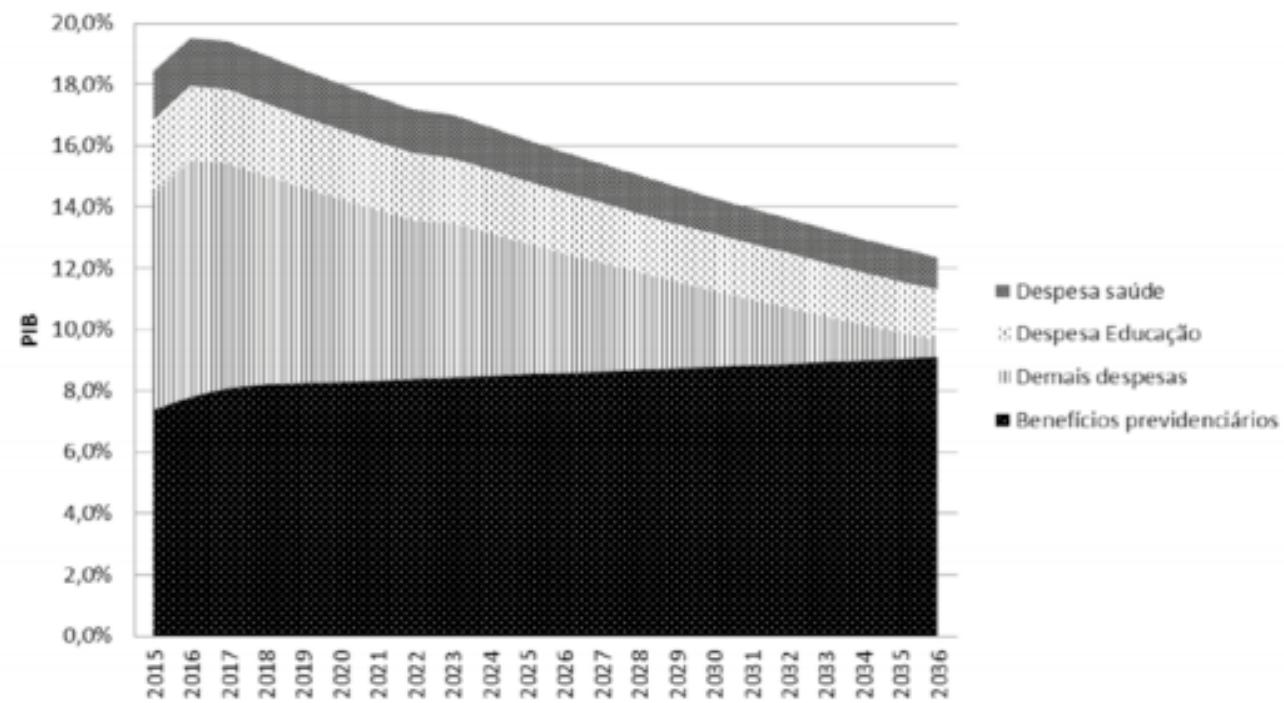
ALTERNATIVAS

- **Fim das desonerações fiscais sem contrapartida**
- **Reforma tributária tal qual proposta no documento “Austeridade e Retrocesso: Finanças Públicas e Política Fiscal no Brasil”**
- **Redução da taxa de juros real com inflação convergindo pra meta.**
- **Agenda para o crescimento econômico: investimentos públicos.**
- **Política fiscal anticíclica, transparente e realista, com maior eficiência dos gastos públicos.**
- **Instrumentos de fiscalização, controle e planejamento orçamentário.**

PREVIDÊNCIA E DEMAIS DESPESAS

Figura 5: SIMULAÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS SOB O NOVO REGIME FISCAL
2015-2016

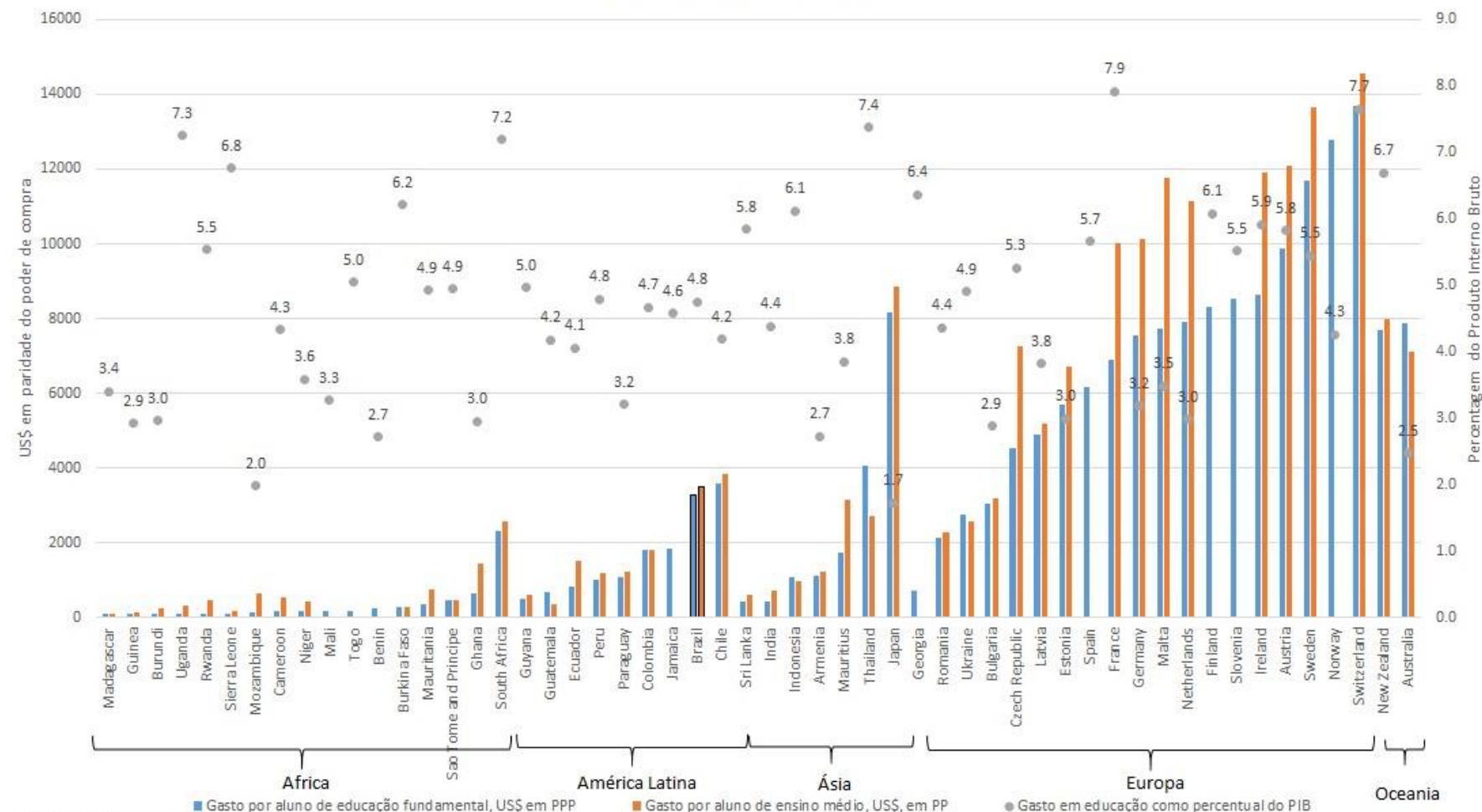
Fonte: Elaboração própria



Fonte: Austeridade e Retrocesso: Finanças Públicas e Política Fiscal no Brasil

GASTO POR ALUNO EM EDUCAÇÃO BÁSICA

Gasto por aluno de educação fundamental e média, em US\$ PPP, e gasto em educação como percentual do PIB, países selecionados, 2012



Fonte: UNESCO.

Os valores em dólar são calculados levando em conta a paridade do poder de compra (PPP).

EDUCAÇÃO

- 2016 - 61 bi (16 bi a mais que os 18% da constituição), nos termos do atual regime fiscal.
- 2017 (com crescimento de 6% da receita) - 48 bi, ou seja, 13 bi abaixo de 2016.
- Se o gasto em educação for congelado por vinte anos em cima dos valores de 2017, já saímos perdendo 13 bilhões. Seria bem melhor utilizar como base os valores efetivamente gastos em 2016.